

**A memória política como estratégia de conformação e ação do
Movimento de Atingidos pela Barragem de Tucuruí**

**The political memory as strategy of conformation and action of the
Movement of Affected by the Dam of Tucuruí**

Leandro Juárez Liberatori

leo.catalunya@gmail.com

Pesquisador do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, IPPUR, UFRJ.

Recebido em: 16/09/2018
Aprovado em: 14/10/2018

Revista do Programa de Pós-Graduação em Extensão
Rural (UFV)

ISSN 2359-5116 | V. 7 | N.2 | JUL.-DEZ.2018

RESUMO

O presente trabalho pretende mostrar como o uso da memória política, manifestada em diferentes materiais escritos, permitiu que os atingidos pela usina hidrelétrica de Tucuruí passassem de reivindicações particulares a um movimento organizado, que se posicionou como um interlocutor legítimo diante da empresa construtora, a Eletronorte, na luta por indenizações justas entre os anos 70 e o começo dos anos 90. Para tal fim, será feita remissão aos diferentes documentos produzidos por eles durante o conflito e utilizados em diversas circunstâncias de negociação com a Eletronorte. Nesse sentido, cabe abordar a memória do processo como um campo em construção, no qual os agentes envolvidos acionam diferentes estratégias políticas e discursivas, que visam a legitimar a perspectiva segundo a qual se posicionam. Dessa forma, busca-se mostrar que a memória não é neutra nem espontânea, e que sua construção é atravessada pelos interesses em jogo dos agentes que a evocam.

Palavras-Chave: Memória; Atingidos por Barragens; Movimentos Sociais.

ABSTRACT

The present work intends to show how the use of political memory, manifested in different written materials, allowed those affected by the hydroelectric power plant of Tucuruí to pass from particular claims to an organized movement that was positioned as a legitimate interlocutor before the construction company, Eletronorte, in the fight for fair compensation between the 1970s and the early 1990s. For this, we will refer to the different documents produced by them during the conflict. These documents will be used in different circumstances of negotiation with Eletronorte. In this sense, we will approach the memory of the process as a field under construction where the agents involved trigger different political and discursive strategies, aimed at legitimizing the perspective from which they position themselves. In this way, we will try to show that the memory is not neutral or spontaneous, but the construction of it is crossed by the interests at stake of the agents that evoke it.

Keywords: Memory; Affected by Dams; Social Movements.

Introdução¹

O conflito social e ambiental pela construção da barragem de Tucuruí (PA) teve início no final dos anos 70 quando a companhia responsável pela obra, a Eletronorte (ELN), por meio da empresa de consultoria Basevi, começou a realizar o levantamento das benfeitorias das pessoas que se encontravam dentro da área de influência do futuro reservatório. Essas pessoas deveriam, segundo determinação da empresa, ser deslocadas. A partir desse momento, a vida dos habitantes dessa região mudaria de forma radical devido aos prejuízos que a construção da barragem lhes ocasionaria. Inúmeros problemas surgiram desde então com a consequente degradação das condições de vida dos atingidos. A ausência de um tratamento justo para com eles, por parte da Eletronorte, somada à falta de preocupação com a situação dessas pessoas fizeram com que as indenizações pagas estivessem muito abaixo do valor real dos bens desapropriados. Por outra parte, os colonos foram proibidos de plantar desde o momento do levantamento até a realocação, passando vários anos sem serem capazes de desenvolver suas atividades correntes de trabalho (ACSELRAD, 1991; MAGALHÃES, 1996).

A situação de descaso permanente da empresa fez com que esses habitantes começassem a se organizar, surgindo as primeiras comissões, para depois conformar um movimento mais abrangente em toda a região, o que lhes permitiu lutar por indenizações mais justas. Durante todo esse transcurso, as entidades de apoio, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Prelazia de Cametá, e o próprio movimento foram registrando, em diferentes tipos de documentos, os acontecimentos de todo esse processo. Uma primeira parte do trabalho terá como objetivo a análise da produção documental, que demonstra o processo de conformação desse primeiro movimento e, posteriormente, suas lutas reivindicatórias, reconstruindo assim a sua memória em processo, tal como registrada no material analisado.

Nesse sentido, uma primeira discussão importante para caracterizar a concepção teórica, segundo a qual é abordado o objeto de pesquisa, é sobre o que se entende por memória. Segundo Lifschitz (2012, p. 146), Maurice Halbwachs, um dos autores clássicos no campo de estudos da temática, conceitua a memória coletiva como

¹ Esse texto apresenta resultados do projeto de pesquisa “As lutas dos atingidos pela usina hidrelétrica de Tucuruí – das primeiras mobilizações em contexto autoritário às condições de mobilização subsequentes à redemocratização do país”, financiado com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

[...] um fenômeno sociológico que deve ser diferenciado tanto da memória individual como da memória histórica, que é um registro textual sobre acontecimentos nacionais, porque, a diferença desta, baseia-se em experiências vividas. [...] A memória coletiva é constituída a partir de experiências vivenciadas por grupos sociais, enquanto a memória histórica é um registro textual produzido a partir do poder. A memória social articula-se com a oralidade, a pluralidade e a sociedade civil e a memória histórica com a textualidade, a singularidade e o Estado.

Isso significa que as pessoas não se lembram de maneira isolada, senão em grupos espacial e temporalmente situados, que, mediante marcos sociais específicos, dão sentido às suas experiências e lembranças. O importante da perspectiva de Halbwachs é que sua concepção de memória coletiva não se define em termos de tipos de representações que dariam forma à memória, senão que é, de fato, um tipo de vínculo social entre o(s) sujeito(s) e o grupo. Não obstante, se olharmos mais de perto aparece, nessa perspectiva, um inconveniente que não nos permite entender vários aspectos da memória dos atingidos pela barragem de Tucuruí. Sob o ponto de vista de Halbwachs, as vinculações sociais da memória coletiva são necessariamente espontâneas, sendo elas manifestações de um tipo de solidariedade, num sentido durkheimiano, que dá coesão ao grupo. Neste trabalho, a memória é abordada, porém, em outro sentido. A análise dos agentes envolvidos (em particular, a empresa e os movimentos de atingidos pela barragem de Tucuruí) nos revela que existe outro tipo de memória além dessa coletiva. Trata-se da memória política, cuja especificidade se encontra no fato de estabelecer outro tipo de vinculação social, que não é espontânea, mas que está ligada a uma ação intencional. O autor que desenvolve essa perspectiva é Javier Lifschitz. De acordo com ele,

Se a memória social não é definida pelo tipo de representação, mas pelas interações que os sujeitos estabelecem através das narrativas, poderíamos dizer o mesmo em relação à memória política. Se de fato existe uma distinção entre a memória social e a memória política, esta reside no tipo de laço social que ambos estabelecem. Nesse sentido, se a memória social se refere à configuração de laços sociais espontâneos, poderíamos nos perguntar que tipo de laço social sustenta a memória política. Nossa hipótese de trabalho é que, se a memória social está associada a vínculos sociais espontâneos, a memória política está ligada a ações intencionais. Para entender o que está em jogo no caráter intencional da memória política, devemos considerar que a memória, seja social ou política, é uma ação mediada pela linguagem (LIFSCHITZ, 2014).

Com efeito, para compreender a memória política devemos considerar que esta é um tipo de discurso social que adquire seu sentido na esfera pública. Dessa forma, interpretamos a memória política como parte de um tipo de discurso particular: o discurso político. Segundo Eliseo Verón (1996), o campo discursivo da política implica confronto,

relação com um inimigo, luta entre enunciadores e, portanto, a construção de um adversário. Falar em adversário sugere que todo ato de enunciação política implica necessariamente que existem outros atos de enunciação, reais ou possíveis, opostos aos seus.

No caso de Tucuruí, observa-se um conjunto de discursos políticos que utilizam a memória de distintas formas e em diferentes momentos para atingir objetivos estratégicos. Isso porque a narração da memória política busca intervir no mundo social, confrontando a realidade jurídica, cultural e política, no caso dos movimentos, e exercendo a hegemonia do Estado, no caso da Eletronorte. Deixaremos a análise da memória da Eletronorte para outros trabalhos. Aqui nos centraremos nas estratégias que envolvem a utilização da memória como parte da construção de uma narrativa política do Movimento de Atingidos pela Barragem de Tucuruí.

A memória política é um tipo de ação estratégica, que existe como tal quando pessoas ou grupos a colocam intencionalmente no espaço público. A finalidade da ação estratégica não é a compreensão ou o entendimento, senão a influência e o confronto. Dessa forma, a memória política se baseia no confronto simbólico e só adquire potência e sentido quando ingressa na esfera pública. Falar sobre memória política é reconhecer as intencionalidades estratégicas dos diferentes agentes envolvidos (LIFSCHITZ, 2012). Dessa maneira, é possível dizer que a memória política é uma categorização e interpretação dos diferentes fatos de um processo, feitos a partir de um lugar social específico, o qual visa a elaborar um discurso de normatização para que os eventos passados possam ser inteligíveis às necessidades atuais do agente que desenvolve a memória.

O Movimento de Atingidos pela Barragem de Tucuruí acionará a memória política para alcançar três objetivos estratégicos: a conformação do movimento; o cumprimento dos acordos por parte da empresa; e a articulação com outros movimentos.

Em relação ao primeiro objetivo, os próprios atingidos vão percebendo a necessidade de conformar uma organização através da qual podem canalizar as suas reivindicações perante a empresa. Nesse sentido, a primeira estratégia acionada é o apelo a uma identidade comum, assimilada a um passado comum, a partir da qual se reconhecem no presente como atingidos. Dessa forma, é possível distinguir duas identidades a partir das quais o movimento começou a tomar forma, principalmente em

Itupiranga e em Repartimento. Em Itupiranga, os atingidos começam a se organizar como uma agrupação de vazanteiros, os quais veem ameaçada, pelo deslocamento compulsório, a continuidade de sua forma de vida e começam, então, a organizar-se para exigir respostas da Eletronorte. Em consonância com a visão de Carlos Vainer, em relação ao conceito de atingido, entende-se que no processo de deslocamento compulsório existe mais do que uma perda material por parte dos afetados. O que se produz é um verdadeiro processo de mudança social o qual “implica considerar que há dimensões não estritamente pecuniárias ou materiais. Há perdas que são resultantes da própria desestruturação de relações prevalecentes, da eliminação de práticas, da perda de valores e recursos imateriais” (VAINER, 2008, p. 9). Com efeito, na ocupação prévia do reservatório da barragem, encontra-se uma relação quase simbiótica de comunidades tradicionais com o território onde, como afirma Marx (1985, p. 77), existe uma

Apropriação das condições naturais de trabalho: da terra como o instrumento original de trabalho, ao mesmo tempo laboratório e reservatório de matérias primas; entretanto, apropriação que se efetua não por meio do trabalho, mas como condição preliminar do trabalho. O indivíduo, simplesmente, considera as condições objetivas de trabalho como próprias, como a natureza inorgânica de sua subjetividade, que se realiza através delas. A principal condição objetiva de trabalho, em si, não se mostra como o produto do trabalho, mas ocorre como natureza. De um lado, temos o indivíduo vivo, do outro a terra como a condição objetiva de sua reprodução.

É então diante da perda dos traços de identidade, manifestados no modo de vida tradicional, que alguns dos atingidos começarão a reagir, encaminhando documentos com reivindicações para a Eletronorte.

Já em Repartimento e em outros lugares em torno da rodovia Transamazônica, a memória como estratégia utilizada para conformar o movimento é acionada em outro sentido. Nesse caso, nos deparamos com a memória da identidade dos colonos posseiros, os quais têm sido historicamente expulsos da terra. A memória aparece aqui como uma tomada de consciência, já que os colonos começam a perceber que sempre são eles os que perdem suas terras em nome do “progresso” e do “desenvolvimento”. Por outro lado, no caso da colonização da Transamazônica, os lavradores têm presente a lembrança recente de um sentimento de engano por parte do Estado, que tinha lhes prometido terras e infraestrutura, a partir das quais eles poderiam construir uma vida melhor. Contudo, ao chegarem na região, não encontraram quase nada e tiveram que trabalhar muito duro para montar uma roça. Dessa forma, existe um sentimento de desconfiança em relação ao

Estado, que novamente os obriga a sair e lhes promete boas terras. É a partir dessas reflexões que muitos colonos começam a se organizar diante de uma situação comum, contribuindo também para conformar o movimento.

Num segundo momento, já com o movimento organizado, a memória se apresenta de uma maneira diferente. Nesta etapa, o movimento começa a fazer negociações com a Eletronorte, das quais resultam distintas atas assinadas por representantes da empresa, que se comprometem a cumprir os acordos nelas contidos. Esses documentos passam a ter especial valor para os atingidos, que os utilizam em diferentes ocasiões como forma de reclamar os diversos descumprimentos da empresa, além de servir para fiscalizar os trabalhos que ela estava realizando. Nesse sentido, é interessante a reflexão de Bourdieu (2008, p. 53) sobre as trocas linguísticas:

A troca linguística é também uma troca econômica que se estabelece em meio a uma determinada relação de força simbólica entre um produtor, provido de um dado capital linguístico, e um consumidor (ou um mercado), capaz de propiciar um certo lucro material ou simbólico. Em outros termos, os discursos não são apenas signos destinados a serem compreendidos, decifrados; são também signos de riqueza a serem avaliados, apreciados, e signos de autoridade a serem acreditados e obedecidos.

O tipo de discurso que se verifica aqui é justamente um discurso de memória, expressado no suporte material da ata, que passa a representar um capital simbólico, a ser utilizado estrategicamente pelo movimento, de acordo com o desenvolvimento dos fatos. Essa é a riqueza da ata para o movimento, pois, com base nela, ele tem a legitimidade para exigir que a Eletronorte cumpra os compromissos assumidos.

Já o terceiro objetivo estratégico, faz referência ao amadurecimento político do movimento, que se expande primeiramente na região, integrando-se com o movimento de jusante², para logo dedicar-se à difusão do caso de Tucuruí em outros lugares onde houvesse situações de conflito em razão da instalação de barragens. Dessa forma, o movimento começa a articular-se com organizações de outras regiões e a participar de encontros nacionais, contribuindo assim para a conformação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

Em relação às fontes documentais analisadas, para construir a memória política dos atingidos pela barragem de Tucuruí, utilizaremos o acervo do movimento³, formado

² A jusante de uma barragem quer dizer sempre rio abaixo daquele ponto, ou seja, a favor da correnteza. Já a montante, quer dizer de onde vêm as águas ou rio acima, que é onde se localiza o reservatório da barragem.

³ O acervo do movimento foi construído a partir de documentos aportados pela CPT de Belém, e dos acervos pessoais da professora Sônia Magalhães, da ex-assessora da CPT e do movimento, Aida Maria da Silva, e do professor Henri Acselrad, a quem foi entregue uma grande quantidade de documentos pelo ex-prefeito

a partir dos aportes de diferentes instituições e acadêmicos, que contém uma grande quantidade de documentos de todo tipo, como: atas de reunião e de assembleias; boletins, cartas, relatórios de encontros, acampamentos e vistorias; panfletos, notas de apoio, manifestos, comunicados, entre outros materiais. A maior parte dessa produção é do próprio movimento, que contou com o apoio de diferentes entidades de assessoria, destacando-se a presença da Igreja Católica e da CPT associada à Prelazia de Cametá, que foi uma das primeiras entidades a ajudar na organização dos camponeses, colonos e ribeirinhos. Complementando as informações contidas nesses documentos, foram realizadas entrevistas com dois ex-assessores do movimento: Raul Chucair do Couto e Aida Maria da Silva.

Os começos: A Prelazia de Cametá como agente unificador a partir da memória identitária dos atingidos

As primeiras manifestações documentadas, em relação à situação da região do baixo Tocantins, afetada pela construção da barragem de Tucuruí, vieram de parte da Igreja Católica, a qual se encarregou de contribuir para a organização das demandas dos lavradores. Seu papel foi muito relevante, pois a região tocantina caracterizava-se como uma área que carecia de uma boa infraestrutura para a comunicação entre os distintos povoados, os quais se achavam no paradoxo de terem uma problemática em comum, mas estarem bastante isolados entre si. Então, contar com uma organização que fosse capaz de unificar as pautas e reivindicações e ao mesmo tempo ser o canal pelo qual elas fossem veiculadas tornou-se uma questão central. Outro ponto importante é a conjuntura política que o Brasil estava vivendo naquele período, sob o comando de um governo militar e autoritário que não deixava muito espaço para a sociedade civil se expressar. Nesse sentido, Raul do Couto, técnico da CPT naquele tempo, afirmava que “a Igreja foi a espoleta. Ela era o único ente que respirava em termos de sociedade civil naquela época. Era ela que fazia o elo, fazia a articulação, quem captava recurso, quem furava a imprensa, tentava chegar na opinião pública” (COUTO, 2017, p. 13). Esse foi o papel que teve, no começo, a publicação da Igreja intitulada “Extra: Informativo Itupiranga” (Doc. 1/1979),

de Itupiranga, José Milesi, que na época também foi colaborador do movimento. Nas referências bibliográficas, disponibilizamos os documentos citados neste trabalho.

que é a primeira referência registrada sobre o conflito em torno da construção da barragem. Essa revista, de abril de 1979, é uma coletânea de diferentes documentos publicados pela Prelazia de Cametá, que falam sobre as problemáticas que afetavam os colonos na época.

Nesse texto, ainda é possível ver como a própria Prelazia era a encarregada de coletar e difundir as inquietações e preocupações dos lavradores diante da situação de insegurança que provocava neles a iminente desapropriação. O problema imediato dos colonos era a incerteza gerada pelos “boatos”, que indicavam que prontamente eles teriam que sair das terras, por se encontrarem na área de influência do futuro reservatório, o que fazia com que muitos deles comessem a deixar de plantar, gerando uma situação extremamente delicada para sua sobrevivência. Os próprios lavradores afirmavam que funcionários do Incra e da Basevi tinham dito para eles que já não adiantava plantar, pois iam ter que sair logo. Diante dessa situação, os membros da Prelazia de Cametá se perguntavam:

Agora, finda a colheita da castanha, o que irão comer os que não prepararam suas roças de arroz, feijão e milho para o ano? Será que o INCRA, BASEVI, as Prefeituras ou então a Eletronorte irão sustentá-los? Dentro de poucos meses... a fome começará a apertar este povo (Doc. 1/1979, p. 3).

Por essas razões é que a Prelazia de Cametá é porta-voz de uma primeira pauta de reivindicações, demandando da empresa prontas soluções para os camponeses:

Queremos pedir: um pronunciamento oficial em termos claros, dos responsáveis pela Eletronorte que diga: Onde serão relocados e como serão indenizados os moradores dos povoados atingidos. Quando isso deverá acontecer. Saber se no intervalo pode se botar roça (culturas de subsistência). Exigir uma única orientação, mandando calar funcionários do Incra e Basevi que nada sabem e só espalham boatos (Doc. 1/1979, p. 4).

A Igreja, através do Informativo Itupiranga, além de organizar as pautas e reivindicações dos atingidos, também se posicionou, como já dito, como um canal por meio do qual os próprios lavradores podiam se expressar, levando assim a palavra deles para as autoridades.

Além de publicar e acompanhar as demandas dos atingidos, a Igreja deu um passo adiante organizando um encontro de lavradores da região. Assim, no dia do lavrador (25 de julho de 1979), é realizada a “Assembleia dos Lavradores do Município de Itupiranga” (Doc. 2/1979), para a qual foram convidados todos os colonos, posseiros, sitiantes, castanheiros, parceiros e peões da região. Desse encontro, também foram convidados a participar como ouvintes diferentes autoridades estatais e membros da própria

Eletronorte. Dessa forma, a Igreja serviu de intermediária e veículo de negociação entre ambas as partes, pois na ocasião, foram lidos vários relatórios de lavradores, além de pronunciados depoimentos ao vivo apresentando a situação pela qual estavam passando. O objetivo do evento era envolver mais as autoridades no tratamento da condição da população atingida, ao mesmo tempo em que procuravam dar ânimo aos colonos e posseiros, mostrando-lhes que não estavam sozinhos.

Entende-se a assembleia como uma esfera pública na qual, tal como nos termos de Caletti (2002; 2006), diferentes discursos e posicionamentos adquirem visibilidade e os agentes participantes se autorrepresentam, pois, segundo o autor, é no espaço público que a vida social se manifesta diante e para o registro próprio da comunidade, tornando-se o lugar das operações iniludíveis de reflexividade social.

Assim, a memória se apresenta em forma de vários relatórios e depoimentos de colonos habitantes de diferentes trechos da Transamazônica. Verificando esses documentos, fica claro que todos eles se dirigem à Eletronorte e às autoridades presentes na assembleia. A construção que fazem de si mesmos é estratégica e procura sensibilizar quem eles consideram como responsáveis pela situação em que estão vivendo: “Somos colonos e posseiros dos lotes de beira e vicinais da Rodovia Transamazônica [...]. Viemos aqui porque hoje é dia do lavrador e achamos que pelo mínimo um dia por ano temos o direito de falar, contar nossa vida sofrida, lembrar aos responsáveis que existimos” (Doc. 2/1979, p. 6). Todavia, os seus problemas não começaram com a Eletronorte e a barragem. O que o projeto da barragem favoreceu, no caso, foi a definição de um ponto divisor de águas, que ajudou os colonos a refletir sobre sua situação de vida e a fazer alguma coisa para mudá-la. É a partir do conflito com a Eletronorte, em torno do deslocamento compulsório, que começa por parte deles um processo de tomada de consciência, estimulando a memória coletiva recente e tornando-a política, pois a leitura retrospectiva do passado dos colonos lhes permite entender que eles sempre são os prejudicados em nome do “progresso” e do “desenvolvimento econômico”:

Nós não vamos voltar mais ao lugar onde estávamos. Ir pra (sic) cidade fazer o quê? Passar fome e miséria? Nós já estamos cansados de enfeitar a noiva para os outros. Se a gente sai daqui e vai pra (sic) outro lugar, depois lá tomam de novo. As nossas forças e os espíritos estão acabando. Não temos mais coragem de começar a montar outro sítio. Queremos ter uma certeza e não uma incerteza, pois deste jeito nós não podemos preparar e planejar o futuro. Sem terra nós não temos condições de viver. Viemos aqui na Transamazônica

buscar terras e não montar sítios, matar insetos, mosquitos e depois que tudo está pronto entregar aos tubarão (sic) (Doc. 2/1979, pp. 6-7).

Com efeito, muitos desses camponeses vinham de um processo de colonização recente: a colonização da Transamazônica promovida pelo Governo Militar através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)⁴. Durante a presidência de Emílio Garrastazu Médici, foi promovida a colonização da Transamazônica, com o objetivo alegado de ocupar “espaços vazios” da Amazônia com famílias vindas, sobretudo, do Nordeste. O próprio Médici assim dizia:

Somente quem testemunhou no Nordeste a caminhada de milhões de brasileiros sem terra e, agora, vem à Amazônia contemplar essa paisagem de milhões de hectares ainda desaproveitados, pode sentir, em toda a sua crueza, o quadro vivo de nossa luta pelo desenvolvimento. (...) Aquilo que não se pode fazer devido à escassez de capital pode ser feito com um programa integrado de colonização e de desenvolvimento, com um mínimo de recursos econômicos, capaz de gerar rapidamente a riqueza, para complementar o esforço necessário à solução dos dois problemas: o do homem sem terras no Nordeste e o da terra sem homens na Amazônia (MÉDICI, 1970, pp. 147 e 149).

Esse programa tinha a previsão de instalar, sob a coordenação do Incra, 100.000 famílias camponesas nas faixas da Rodovia Transamazônica, então recentemente inaugurada (HÉBETTE, 2004, vol. II, p. 39), mas, até 1974, o Incra havia estabelecido apenas 5.717 famílias nos denominados Projetos Integrados de Colonização (PIC). Foi também a partir desse ano que o órgão “deixou de criar condições para a acomodação dos colonos: não promovia mais transporte de trabalhadores para os núcleos de colonização, nem os remunerava nos seis primeiros meses a título de ajuda de custo e nem realizava obras de infraestrutura necessárias à ocupação dos lotes.” (PEREIRA, 2015, p. 66). Dessa forma, esses colonos tiveram que se ajeitar praticamente sozinhos naquela região, e assim relatavam:

Nós somos muitos posseiros que há mais de cinco anos estamos lutando nessas regiões ainda sem nome, sofrendo no completo abandono e esquecimento. Agora depois de perder a saúde e vontade de viver, já começamos a ter roça, fruta, animais e algumas benfeitorias. Mas é mesmo agora que começam a chegar os barões. São aqueles poderosos que gostam de encontrar tudo pronto e se dizem donos, fazem de tudo para intranquilizar a gente, põem medo, prometem indenizações vergonhosas que nunca pagam ou prometem pelo nosso pedaço de terra já com abertura e capim, outro pedaço de terra imaginária (Doc. 2/1979, p. 8).

Esse é o quadro geral da situação dos lavradores colonos da Transamazônica no momento em que estavam para ser desapropriados pela Eletronorte. A memória recente, cujas lembranças falam de um passado de sofrimento e muito sacrifício para ter um

⁴ O INCRA foi criado por meio do Decreto-lei nº 1.110, de 09 de julho de 1970.

pedaço de terra com alguns cultivos com os quais sobreviver, se ativa diante da nova situação de expropriação por causa do reservatório da Eletronorte, e vai se transformando pouco a pouco em consciência política, pois eles têm a intuição de que novamente serão enganados pelas autoridades, perdendo tudo de novo e tendo que passar outra vez por situações angustiantes como as que já passaram. É por isso que a memória também é relacional, pois muitas vezes a lembrança é acionada para poder explicar alguma coisa do presente, ao mesmo tempo em que essa retrospectiva permite reflexão para elaborar outras estratégias para enfrentar a nova (velha) situação. A memória e a ação se materializam na palavra; nesse sentido, é interessante ressaltar a visão de Gabriela Merlinsky, para quem “os conflitos [políticos, sociais e ambientais] são verdadeiros meios de expressão e de tomada da palavra, uma modalidade de troca entre atores onde se constroem cenários para confrontar discursos. Nesse sentido, representam momentos que permitem a inscrição de práticas sociais na esfera pública” (MERLINSKY, 2013, p. 2). Ademais, é o conflito com a Eletronorte que permite, em primeiro lugar, gerar o espaço no qual a palavra do lavrador pode se tornar pública e manifestar todas as injustiças que acreditam acontecer e ter acontecido com eles. O conflito ativa a memória relacionada aos processos que os levaram até ali, sendo acionada para refletir sobre a situação atual e futura. A partir disso, os lavradores começam a organizar suas reivindicações coletivamente.

As primeiras comissões dos povoados atingidos a montante

Com esse apoio inicial da Prelazia de Cameté é que começam a se organizar, durante os anos 1980 e 1981, as primeiras Comissões de Atingidos, nos distintos povoados afetados pelo enchimento do reservatório. As estratégias dessas primeiras comissões consistiram em enviar cartas à Eletronorte, apelando para a sensibilização de suas autoridades no tocante à situação de vulnerabilidade histórica dos moradores e à injustiça que estavam sofrendo, tendo em vista a forma com que era desenvolvido o processo de remanejamento, pelo qual exigiam uma compensação que reparasse os prejuízos ocasionados. São também as primeiras manifestações de ação coletiva dos atingidos sob a forma de abaixo-assinados que buscam interpelar a empresa e contribuir para a conformação de um movimento maior e mais abrangente.

Assim, as cartas à Eletronorte constroem um relato que liga os padecimentos relacionados à Colonização da Transamazônica com a construção da barragem de Tucuruí. É interessante reproduzir aqui um trecho de uma carta dos moradores de Repartimento e adjacências (Doc. 1/1980), que mostra a forma pela qual os colonos enxergavam o que estava acontecendo com eles:

Em 1971, nós morávamos em outros estados do nordeste e do sul. Muitos de nós, tínhamos pequenas propriedades e outros eram empregados. De repente surgiu um movimento de propaganda sobre a transamazônica. Diziam que era a estrada da integração, do progresso, do futuro... que o Incra estava distribuindo (sic) lotes, com casas, salários, estradas e todo tipo de assistência (médica, educacional, técnica,...). [...] Até o presidente Medici, veio para o nordeste e disse: “Ao homem sem terra do nordeste, a terra sem homem da Amazônia”. Falavam isto, e outras coisas, prometendo mundos e fundos. Foi o início da grande ilusão. Quem estava sem terra ou com pequenas propriedades vendeu os trens e as terras e aventurou a vida na transamazônica.

As nossas viagens foram tristes demais, mas a situação ficou dramática quando chegamos no tão falado paraíso terrestre, pois nada daquilo que prometeram encontramos, apenas a matona bruta. Que fazer? Voltar? Não restava outra saída, a não ser, enfrentar a mata. Nos colocamos na mata feito bichos. [...] As doenças pegavam e ainda pegam na gente (sic). Malária, febre amarela, doenças de pele, acidentes na mata... acabaram com muita gente. Nós começamos a reclamar do Incra e nada ele resolveu. Restou-nos a luta. Começamos a organizar os sítios, suando sangue. Depois de seis, sete, oito anos de trabalho duro, embora sem assistência, conseguimos fazer bons sítios. (...) com muitas lutas, com muitas mortes conseguimos organizar e melhorar nossa situação. Agora, estávamos respirando um pouco mais tranquilos, mas para o pobre, parece que não tem jeito não. Chega a Eletronorte com a tal da indenização e entrega esta carta a todos os colonos: “Servimo-nos do presente, para comunicar a vossa senhoria, que de acordo com as diretrizes estabelecidas no Decreto-lei Nº 78.659, vossa parcela está situada na área de inundação do reservatório, em decorrência da barragem de Tucuruí” (Doc. 1/1980, p.1).

Esse trecho mostra o sentimento geral dos colonos, que se sentem enganados novamente. Na narração, podemos perceber que eles argumentam que abriram mão do Estado, ao verificarem que o “paraíso” prometido da Transamazônica nunca existiu e que tiveram que fazer um enorme esforço e sacrifício para transformar aquelas matas em um sítio produtivo. É aí que eles refletem e se perguntam:

Será que tudo isso não é planejado? É, alguma coisa está sendo tramada contra os pobres (sic). [...] Quando colonizaram a transamazônica, já sabiam que ia ser feita a hidrelétrica de Tucuruí e também sabiam que os colonos deviam sair depois de vários anos. Por que fizeram isso? Por que não reservaram logo a terra para o lago? Era preciso fazer uma limpeza, matar os mosquitos, afastar os bichos, derrubar as árvores, abrir estradas, fazer pontes, afirmar o solo,... e nada melhor que fazer uma colonização provisória. Isto é integração, progresso, desenvolvimento? É claro, para os ricos (Doc. 1/1980, p. 3).

Feita toda essa argumentação, baseada na memória recente desses colonos e que revela para eles uma enorme injustiça, exigem da Eletronorte saber: 1) quando serão indenizados; 2) quanto ganharão; 3) onde estão os outros lotes que irão ganhar; 4) quem

vai ser indenizado e quem não vai ser; além de requererem que a empresa 5) dê uma única orientação e mande calar os seus funcionários que só provocam confusão (Doc. 1/1980).

Outro grupo que se manifestou e enviou um documento com reivindicações à Eletronorte foi o dos “Vazanteiros de Itupiranga” (Doc. 1/1981). O principal reclamo deles era também motivado pelas baixas indenizações recebidas: “Certos vazanteiros receberam a ridícula soma de 6.000 cruzeiros, em troca de um pedaço de terra que sustenta uma família inteira” (Doc. 1/1981, p. 1). Além do problema acerca do valor monetário da indenização, existe também uma questão cultural que envolve o deslocamento desses lavradores. A agricultura de vazante é um sistema de cultivo tradicional no baixo Tocantins, que configura um modo de viver particular, no qual há uma inter-relação profunda entre o homem e o rio. As terras de vazante são cobertas pelas águas durante o período de chuvas e descobertas durante a época seca. Os vazanteiros organizam sua atividade de acordo com esses ciclos, intervindo diretamente na preparação da área (corte e achatamento do mato alto) e no plantio. No meio, é o rio que faz o trabalho, quando a cheia traz os sedimentos que adubam o solo. É por essa razão que esses agricultores não têm benfeitorias permanentes, já que seu modo de vida se adapta aos ciclos da natureza. Então, assim se manifestaram na missiva destinada à Eletronorte:

A Eletronorte deixou de indenizar centenas de nós, porque não temos casas e culturas permanentes nas vazantes. Isto é uma vergonha e um desprezo para nós brasileiros sermos tratados desta maneira. É de lamentar que a Eletronorte ignore nossa situação de vazanteiros exija culturas permanentes e casas, quando todos nós sabemos que na vazante não se pode realizar tais trabalhos pois de seis em sei (sic) meses a enchente vem, aduba a terra e devora tudo o que ficou plantado e construído. Será que os técnicos e pesquisadores não conhecem esta lei natural que acontece aqui no norte e aqui no grande Tocantins? (Doc. 1/1981, p. 1).

No caso dos vazanteiros, a intervenção da Eletronorte sobre o rio Tocantins em razão da barragem interfere na dinâmica do curso d’água, limitando, assim, esse tipo de agricultura. Aliás, apresenta-se um conflito com os vazanteiros no tocante aos critérios adotados para se realizar a indenização. Surge, então, a pergunta: é possível quantificar o valor da vazante em termos monetários, quando é provável que com a expropriação esses agricultores não só percam suas benfeitorias, mas também seu *modus vivendi*? Essas circunstâncias geradas pela Eletronorte nem sequer foram pensadas no planejamento da desapropriação, sendo que foram os próprios afetados que começaram a expor publicamente a situação em que estavam vivendo e a exigir respostas da empresa. É

importante ressaltar que as cartas dirigidas à Eletronorte, que denunciam a condição dos moradores da área do reservatório, não obtiveram nenhuma resposta positiva por parte da empresa. Isso fez com que os colonos e ribeirinhos começassem a perceber que deveriam mudar suas estratégias.

A conformação do Movimento de Atingidos pela Eletronorte

As reivindicações e denúncias provenientes dos distintos povoados eram encaminhadas de forma particular por cada comissão, sem ter uma organização que aglutinasse uma pauta conjunta se referindo a todos os atingidos. Essa situação começaria a mudar a partir da ida de alguns membros da Prelazia de Cameté a um encontro de atingidos por barragens em Juazeiro (BA) no final de 1981. Segundo Jean Hébette, os membros da Prelazia de Cameté

[...] são convidados para um Encontro Nacional promovido em Juazeiro, Bahia, pela Comissão Pastoral das Barragens da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A questão dos expropriados de Tucuruí é levada pelos religiosos ao Encontro e passa então a ser articulada com a questão nacional dos expropriados das hidrelétricas gigantes: a de São Francisco, Itaipu etc. A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) passa a se interessar pelo problema (HÉBETTE, 2004, vol. III, p. 208).

Com efeito, naquele encontro, a Prelazia de Cameté entra em contato com outras lideranças que tinham experiência em casos de deslocamentos compulsórios em razão da instalação de barragens. É ali que eles conhecem Josefa Alves Lopes, também conhecida como Josefina ou Fina, que tinha assessorado o Movimento de Atingidos pela Barragem de Itaparica no rio São Francisco, entre os estados de Bahia e Pernambuco. Ela se interessou pelo caso de Tucuruí e decidiu montar uma equipe de assessoria ali para contribuir nas negociações com a Eletronorte. Nesse sentido, é importante destacar como o acúmulo de experiência em outros casos similares por parte de agentes da sociedade civil contribuiu para a organização do movimento.

Desse modo, é com a chegada de Josefina, em novembro de 1981, que o Movimento de Atingidos pela Barragem de Tucuruí começa a tomar forma, incorporando as reivindicações oriundas das diferentes regiões, conformando, assim, um movimento abrangente, que passa a contar também com uma equipe de assessoria permanente da CPT – Prelazia de Cameté, integrado por Aida Maria da Silva, o engenheiro agrônomo Raul Chucair do Couto e o advogado Felisberto Damasceno, além da assistência e ajuda de Josefina e do apoio de alguns Sindicatos de Trabalhadores locais (STRs) e da

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Com essa nova assessoria, o movimento de expropriados começou a organizar-se de uma forma mais articulada. Segundo Raul Couto:

Ela [a Josefina] chegou em Tucuruí e tomou pé da situação. Organizou primeiro um questionário, fez um levantamento socioeconômico. [...] A partir daí começou a identificar os núcleos de existência ao longo de toda área que iria ser alagada dentro da cota de alagação. Foram fazendo reuniões, assembleias e constituindo comissões de atingidos de Itupiranga, de Breu Branco, Repartimento. E assim foi se constituindo umas quatro ou cinco comissões: Jacundá, Rio Moju, Repartimento junto com Breu Branco. Então, chegou uma hora, numa dessas reuniões em que começou a tentar construir uma pauta a partir do levantamento das demandas dos grandes problemas que surgiram com a implantação da barragem (COUTO, 2018, p. 2).

Essas reuniões com as comissões dos diferentes povoados acabam culminando num novo documento de denúncias e reivindicações (Doc. 6/1982), que, mesmo sendo similar aos anteriores, apresenta uma novidade. Até o momento, os moradores das distintas localidades da área de influência do reservatório tinham encaminhado documentos com denúncias e reivindicações redatados e despachados de forma separada. Nesse novo documento, de agosto de 1982, as denúncias e reivindicações passam a ser elaboradas de forma conjunta. Aparece aqui a primeira junção documentada das demandas dos povoados pertencentes à área do reservatório, sendo narrados os fatos acontecidos num mesmo material.

Considera-se que essa não é uma apreciação menor, mas que responde a uma ampliação da estratégia do movimento, que apresenta os fatos e as injustiças sofridas até agora como parte de um mesmo processo, o que dá mais força ao reclamo e contribui para a unidade do grupo. Ao longo do desenvolvimento do conflito, desde as primeiras manifestações isoladas até este ponto, vê-se que foi ocorrendo paulatinamente um processo de conscientização dos moradores dos povoados, que se expressa na conformação das distintas comissões e na elaboração das pautas a partir das quais interpelaram a Eletronorte. É um lento amadurecimento político que passa pela revolta individual até a compreensão de uma realidade que é mais abrangente e complexa e que afeta outros similares, o que vai contribuindo para a elaboração de uma identidade grupal do atingido, que o motiva a se reunir com seus pares para realizar uma ação conjunta. De acordo com Bourdieu:

É através da constituição dos grupos que se pode observar melhor a eficácia das representações, particularmente das palavras, das palavras de ordem, e das teorias que contribuem para fazer a ordem social impondo os princípios de di-

visão e, de modo mais amplo, o poder simbólico de todo o teatro político que realiza e oficializa as visões do mundo e as divisões políticas. O trabalho político de representação (nas palavras ou nas teorias, mas, igualmente, nas manifestações, nas cerimônias ou em qualquer outra forma de simbolização das divisões ou das oposições) incute na objetividade de um discurso público ou de uma prática exemplar uma maneira de ver e de viver o mundo social até então relegada ao estado de disposição prática ou de experiência tácita e frequentemente confusa (mal-estar, revolta etc.). Esse mesmo trabalho permite aos agentes descobrirem propriedades comuns para além da diversidade das situações particulares que isolam, dividem, desmobilizam, construindo sua identidade social com base em traços ou experiências que poderiam parecer incomparáveis, na falta do princípio de pertinência adequado para constituir-los como indícios de pertença a uma mesma classe (BOURDIEU, 2008, p. 119-120).

Os fatos ocorridos, registrados pelas diferentes comissões e grupos da região em distintos momentos, são colocados juntos e se transformam num discurso só, o que faz também com que os diversos grupos comecem a se juntar em apenas um, cuja identidade e princípio de pertinência comum correspondem aos do indivíduo atingido pela Eletronorte.

Assim, remetem à Eletronorte o documento de “Denúncias e reivindicações da População de Repartimento, Breu Branco e adjacências; dos Vazanteiros de Itupiranga, Tauiri e moradores das localidades Rainha e Maratuba Direita, atingidas pelo projeto do reservatório da usina hidrelétrica de Tucuruí”, advertindo que desta vez:

viemos de forma conjunta expressar nossa indignação diante do não atendimento de nossas denúncias e reivindicações, as quais temos, sistematicamente, levado ao conhecimento da Eletronorte e altas autoridades dos governos Federal e Estadual (Doc. 6/1982, p. 1.) (Grifos nossos).

A partir daí, lembram as diversas oportunidades em que se manifestaram procurando uma solução para seus problemas, reconstruindo o processo vivido por eles através dos registros do movimento. Depois de fazerem o histórico das manifestações dos moradores da área do reservatório, para as quais não houve resposta satisfatória por parte da Eletronorte, nem das autoridades e de outros órgãos, como o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (Getat), reafirmam o conteúdo dos documentos anteriormente emitidos, exigindo que as reivindicações neles expressas sejam atendidas (Doc. 6/1982).

Trata-se de um bom exemplo de como a memória se torna política, pois eles acionam de forma intencional a lembrança dos documentos encaminhados anteriormente, transformando-a, assim, em uma nova denúncia, que faz referência ao descaso da empresa diante das necessidades das populações atingidas. Por outro lado, a permanente falta de

respostas por parte da empresa contribuí também para que percebam que o ideal seria mudarem de estratégia, como pode-se verificar a seguir.

O Movimento acaba se conformando na ação: os acampamentos dos atingidos no escritório da Eletronorte como estratégia de pressão

Podemos considerar o primeiro acampamento dos moradores da área do reservatório como a primeira grande ação conjunta do movimento. Como antecedente, apresenta-se o documento analisado acima enquanto manifestação inaugural de um movimento unificado, que tinha congregado suas pautas e que, portanto, incorporava os fatos acontecidos dentro de uma mesma narrativa. Dessa inicial junção, para a qual não houve respostas por parte da Eletronorte, surgiu a primeira ação de mobilização em massa no espaço público por parte do Movimento de Atingidos, que foi o acampamento realizado no pátio do escritório do Serviço de Patrimônio Imobiliário (SPI) da Eletronorte, na cidade de Tucuruí, em setembro de 1982. A imprensa belenense da época relatou como foi a gestação desse primeiro acampamento:

Persistindo em suas reivindicações de cobrança as promessas feitas pela empresa, os agricultores enviaram novos memorandos à Eletronorte, e prepararam uma delegação da localidade de Repartimento, recebendo em resposta, desta feita, apenas o silêncio. Cansados de esperar, resolveram enviar um último documento no qual davam um prazo até o sábado, dia 5, para que a empresa se manifestasse. Não tiveram resposta e, em reunião no sábado, decidiram acampar em frente ao escritório de indenizações da Eletronorte, em Tucuruí (REIS, 1984, p. 40-41).

Dessa forma, uns 400 lavradores, vindos de todas as vilas atingidas, chegaram em caminhões a Tucuruí e ocuparam o pátio do SPI da Eletronorte no dia 8 de setembro de 1982. Ficariam ali até conseguirem se reunir com a Eletronorte para resolver todas as questões que até o momento haviam sido ignoradas pela empresa. A Eletronorte finalmente aceitou uma reunião com os lavradores, realizada no dia 10 de setembro, da qual resultou uma ata histórica para o movimento, pois conseguiram, nessa negociação, o comprometimento por escrito da empresa de resolver várias das demandas dos atingidos. Dois documentos retratam esse processo: a ata daquela negociação e uma revista elaborada pelo próprio movimento que discorre sobre os fatos acontecidos durante o acampamento, a revista “Arca” (1982).

O interessante dessa reunião é que os atingidos conseguiram, além da negociação, um comprometimento por escrito por parte da empresa. A partir desse momento, esse documento (e todos os que viriam depois) passa a ter um valor estratégico a ser acionado em diferentes oportunidades. É nesse sentido que o movimento faz o uso da memória, manifestada no documento obtido, como elemento probatório para pressionar a Eletronorte toda vez em que ela não cumprisse com o compromisso pautado. De acordo com Aida Maria da Silva, que participou de muitas dessas reuniões com a Eletronorte, o movimento buscava ficar com uma ata da reunião: “Com o objetivo de ter algo na mão para poder cobrar da Eletronorte. Porque não existia uma relação de confiança. Então, como é que tu terminas uma rodada de negociação com eles? Tu termina (sic) com documento assinado, com o compromisso assinado” (SILVA, 2018, p. 7). Contudo, a memória, manifestada nas atas de reunião com a Eletronorte, servia também como um atestado para o próprio movimento, que podia acompanhar, graças a esse material, a forma pela qual estavam sendo encaminhadas as negociações com a empresa e, a partir disso, elaborar novas estratégias de intervenção política:

Elas eram um relato da reunião, da assembleia, era anotado aquilo que era debatido, as decisões que eram tomadas, e ela tinha como objetivo não só guardar a memória daquelas negociações, daqueles processos, mas também informar a população sobre o que vinha acontecendo (sic), principalmente a população a montante que ela (sic) já vinha num processo de mobilização. E então esses relatórios, essa memória, era pra (sic) acompanhar, como é que a coisa estava acontecendo, aquilo que estava sendo negociado, aquilo que foi acordado, aquilo que não houve acordo, os passos da luta (SILVA, 2018, p. 2).

Nessa primeira reunião com a Eletronorte, foram discutidos quatro pontos básicos levados pelo movimento: 1) terra por terra – que a Eletronorte distribua lotes de 21 alqueires para os camponeses nos locais escolhidos por eles; 2) casa por casa, vila por vila – que a Eletronorte construa novas vilas com casas melhores ou iguais as anteriores; 3) indenização justa – que os processos de indenização sejam revistos e reavaliados de acordo com a tabela de valores feita pelos trabalhadores; 4) recuperação dos prejuízos – que sejam indenizados os prejuízos dos anos parados sem se plantar (Doc. 17/1982). Os acordos, ainda que parciais, foram comemorados como uma conquista, porque, pela primeira vez, os atingidos conseguiram um compromisso escrito assinado pela empresa. Sinteticamente, foram os seguintes: 1) a empresa se comprometeu a dar uma ajuda para a construção de casas; 2) em relação aos lotes de 21 alqueires, a empresa se manteve na posição de entregar lotes de 10 alqueires. O movimento então decidiu continuar lutando por essa reivindicação em futuras reuniões; 3) revisão dos processos indenizatórios nos casos que tenham acontecido irregularidades; 4) construção de poços, abertura das

vicinais, elaboração de documentos referentes às casas; e 5) cadastramento (para cobrar indenizações) das pessoas ainda não cadastradas.

Além da ata daquela reunião, o movimento elaborou outro material que documentou tudo o que foi vivido por eles durante esse primeiro acampamento. Trata-se da revista “Arca dos moradores da área do reservatório da barragem de Tucuruí” (Doc. 17/1982), que foi uma publicação do movimento na qual foi registrada a memória dessa primeira etapa de luta, desde a organização das primeiras comissões até a realização do acampamento. Segundo Raul Couto, que foi um dos encarregados de fazer os desenhos da revista, com a publicação:

A gente alimentava pra (sic) dentro e pra (sic) fora. Alimentava a própria sociedade lá, era uma forma de devolver pra (sic) eles, pra (sic) eles enxergarem aquilo que eles (UHE) estavam fazendo e pelo o que eles estavam lutando, até onde chegaram, o que tinha pela frente. Eles valorizarem a ação deles (sic). Tinha esse valor pra (sic) eles. E tem pra fora, né (sic). Fora no sentido de comunicar a imprensa, comunicar a sociedade como um todo de uma coisa que tava (sic) acontecendo lá no interior do Pará (2018, p. 7).

É justamente uma devolução para a comunidade que motiva valorizar a luta que eles estavam travando contra a Eletronorte. Ao mesmo tempo, o material contribui para pautar de maneira sintética os pontos de referência da identidade recente daqueles camponeses, destacando quais são as reivindicações principais, apresentando uma cronologia com os fatos históricos do movimento, mostrando a repercussão de suas ações na mídia e publicizando a ata da negociação com a empresa. O próprio nome do dossiê é muito simbólico, pois vê-se que o movimento se apresenta como uma “arca”, que vai comportar o povo quando as águas do reservatório subirem, impedindo assim que se afundem.

A partir daquela experiência do acampamento é que o movimento começa a ter uma lógica de funcionamento, que se repetirá durante as negociações subsequentes com a Eletronorte. O acampamento lhes permitiu compreender que o caminho para conseguirem que suas reivindicações fossem cumpridas era o de pressionar a empresa com ações no espaço público. Dessa forma, a dinâmica do movimento passou a adotar as seguintes práticas: 1) discutir, em assembleias e encontros, possíveis ações para pressionar a empresa, como ocupações e passeatas; 2) organizar e realizar essas ações no espaço público; 3) fazer um balanço da série de negociações com a empresa, identificando pontos positivos e negativos, conquistas e questões pendentes.

Assim, considerando as promessas contidas na ata de negociação, os expropriados começaram a ficar impacientes com a Eletronorte, pois continuava sem ser resolvida a questão das indenizações em relação ao tempo em que ficava proibido plantar e ao tamanho dos lotes. Como as negociações com a empresa não estavam dando nenhum resultado, os colonos e ribeirinhos voltaram a acampar no pátio do SPI da Eletronorte, em Tucuruí, em abril de 1983. A pressão exercida por eles naqueles dias forçou a empresa a realizar uma nova reunião, na qual ela se comprometeu a outorgar lotes de 21 alqueires, através de negociações com o Getat, e a obter recursos do Fundo de Investimento Social (Finsocial)⁵ para compensar o tempo em que ficava proibido plantar, embora continuasse negando tal proibição. Assim, os atingidos conseguem uma nova ata de negociação com os compromissos assumidos pela empresa (Doc. 17/1983). Da mesma forma que a anterior, esta será utilizada como meio de fiscalização do cumprimento das promessas feitas. A elaboração da ata da primeira reunião foi muito importante, pois o reclamo dos lotes de 21 alqueires era um dos mais relevantes para o movimento, já que a maioria dos atingidos eram lavradores. A memória como recurso de ação estratégica foi utilizada pelo movimento novamente quando, numa reunião de negociação em julho de 1983, o Getat se manifestou contrário em relação aos lotes de 21 alqueires, oferecendo novamente lotes de 10 alqueires. Só que dessa vez, os atingidos tinham um compromisso registrado assumido pela empresa. Considerando que o Getat não abriria mão do seu posicionamento, o movimento decidiu “cobrar” a promessa da Eletronorte de outra forma. Propuseram como fórmula compensatória a construção de casas por parte da empresa nos lotes rurais. Quase sem possibilidade de rebater essa proposição, uma vez que a Eletronorte tinha se comprometido a conceder lotes de 100 hectares, a proposta do movimento foi aceita (Doc. 42/1983).

Apesar desses avanços, a Eletronorte continuava sem resolver a questão pendente do pagamento relacionado ao tempo em que ficava proibido plantar, e a inauguração da obra, que seria em 22 de novembro de 1984, se aproximava. Por essa razão, os atingidos decidem, em setembro de 1984, realizar um novo acampamento para pressionar a Eletronorte, pois como eles mesmos diziam: “a Eletronorte é igual feijão, só vai na pressão”. Como sabemos, a empresa tinha se comprometido a conseguir recursos do Finsocial, ainda que não reconhecesse que tinha proibido os colonos de plantar. Por essa

⁵ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del1940.htm>. Acesso em: 31 ago de 2018.

razão é que eles decidem mudar a estratégia discursiva. Em vez de insistirem no reclamo da “proibição”, os atingidos propuseram à empresa que tais recursos serviriam para o início dos plantios, pois não contavam com acesso ao crédito. Dessa forma, a empresa concordou em atender a esse reclamo, conseguindo parcialmente tal ajuda financeira no dia 22 de novembro de 1984, coincidindo com a inauguração da barragem.

Com o encerramento desse terceiro acampamento e o início da geração da usina, fecha-se um período na luta dos atingidos. Um dia depois da inauguração, redigiram um documento no qual fazem algumas reflexões sobre o que significou para eles a construção da barragem, criticando a forma com que a Eletronorte e o Governo Federal atuaram durante todo o processo. Considera-se que este raciocínio mostra o quanto eles cresceram politicamente durante todo o conflito:

30% dos expropriados estão alijados de qualquer benefício. É por isso que para eles o aspecto social da obra recentemente inaugurada, não foi pensado como parte integrante do projeto da Barragem. O homem foi visto a partir do prisma legal, jurídico, das indenizações, dos processos acabados, das escrituras públicas passadas em cartório. O reconhecimento que a Obra provocou impactos ambientais e ao homem, surge do incômodo e dos problemas que a discussão e os atos praticados pelos expropriados ou manifesto pela opinião pública (sic). O aspecto social tornou-se questão social. A relocação (sic), a entrega de casas e lotes, o custeio para a roça, as casas dos colonos, resultaram muito mais de uma ação condicionada, ação reflexo das críticas e das pressões dos expropriados, nas quais a empresa vê injustiça e descabimento (Doc. 33/1984).

A memória identitária dos atingidos como elemento articulador

O movimento de atingidos a montante começou a ter articulações com o movimento de jusante no final dos anos 80. Este surgiu posteriormente à luta dos atingidos pela construção do reservatório, realizando suas primeiras manifestações e reivindicações nos anos prévios à inundação do local (1983 e 1984). Suas reclamações eram justamente relativas às modificações no comportamento do rio a partir da formação do lago, fato que afetaria principalmente uma das atividades mais importantes da região: a pesca. Por outro lado, com o represamento, a população da região começou a sentir mudanças na água (cor, qualidade). Isso fez aumentar as doenças na área, sendo a diarreia uma das principais afecções. A escassez de peixe e camarão forçou a saída de muitos pescadores em busca de outras atividades, como a agricultura, o que gerou outro problema: a falta de terra e a dificuldade de se adaptar a outra forma de vida. Além dessas

problemáticas, houve um aumento da mortalidade infantil e também do número de pragas (gafanhoto e carapanã).

As experiências de luta contra os problemas causados pela barragem de Tucuruí propiciaram uma aproximação entre os dois movimentos. Consta-se um primeiro encontro entre ambos, em março de 1989, na sede do STR de Tucuruí, que teve o objetivo de rearticular o movimento e reorganizar o trabalho feito na região. Nesse encontro, a memória foi acionada no sentido de relatar e compartilhar as experiências de luta de todos os envolvidos, tanto a jusante como a montante, contribuindo para fortalecer a identidade de atingidos pela barragem, com o intuito de ampliar os horizontes do próprio movimento. É por isso que uma das pautas do encontro foi realizar uma avaliação do que foi feito por cada região atingida pela barragem.

Essas reflexões compartilhadas publicamente, sobretudo o que foi feito pelos sindicatos e movimentos das regiões atingidas, vão contribuindo para a unificação do grupo, enquanto ajudam a pensar também para fora do movimento, no sentido da articulação de possíveis ações, tendo como base a experiência (e, portanto, a memória) acumulada. Nesse sentido é que eles colocam as seguintes questões e tarefas para avançar na luta:

O que queremos hoje? Avisar o Brasil e o mundo, para que problemas como esse não voltem a acontecer. Exigir direitos (acordos feitos). Passar as nossas experiências (sistematizar e denunciar, relacionar com a política energética e o planejamento de desenvolvimento da região) (Doc. 3/1989).

Esse tipo de encontro entre os movimentos a montante e a jusante fez com que essas organizações se aproximassem cada vez mais, até que finalmente acabaram se juntando e conformando uma única entidade, a Comissão dos Atingidos pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí (Cahtu), fundada no “Encontro dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Colônias de pescadores atingidos pela UHE de Tucuruí”, realizado em Belém nos dias 12 a 16 de maio de 1989. Essa junção é interessante, pois faz lembrar o começo do movimento, ao se analisar a união das distintas comissões do reservatório, as quais juntaram as suas experiências dentro de uma narrativa comum, que ampliou o enquadramento da problemática. O caso da Cahtu é similar àquele, pois na sua ata de fundação depara-se com um relato histórico do conflito, que junta numa mesma narrativa as problemáticas das regiões a montante e a jusante. De acordo com a ata de fundação:

Considerando que em 1978 começou o processo desapropriatório para a construção da UHE de Tucuruí. Que a ELN não realizou o pagamento de indenização à totalidade dos desapropriados, haja visto a deficiência dos

trabalhos de levantamento feitos que não abarcaram a todos os moradores. A recusa da ELN em abrir novos processos de indenização para os que nada receberam. Que aos que foram indenizados, a ELN não efetivou a totalidade dos pagamentos devidos. Que a água do rio Tocantins já se encontra poluída. A drástica redução da quantidade de peixe a jusante da UHE, ocasionando diminuição da pesca. O aumento absurdo de muriçocas nas margens do lago. Que a agricultura de várzea, na região a jusante encontra-se prejudicada pelas novas pragas que infestam a região. A montanha de compromissos assinados e assumidos pela ELN e nunca realizados; é que resolvem constituir a Comissão dos Atingidos pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí com o fim único de tratar e divulgar, sob todos os aspectos os problemas decorrentes da construção e funcionamento da UHE de Tucuruí (Doc. 6/1989).

Dessa forma, já não se fala mais dos atingidos a montante ou a jusante, senão dos atingidos, ou seja, de todos eles.

A partir dessa junção com o movimento de jusante, que resultou na criação da Cahtu, os atingidos começam a articular-se em nível regional primeiro, para culminar num movimento nacional, o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB). Dessa forma, aparecem movimentos regionais em distintas regiões do Brasil, como a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB) na região Sul, a Comissão Regional dos Atingidos do Rio Iguaçu (CRABI), além da já mencionada Cahtu. Essas organizações começam a articular suas pautas tendo como principais questões: 1) a luta por indenizações justas; e 2) terra por terra (MAB, 2011a). Tais experiências de articulação regional levaram à realização do “Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens”, ocorrido em Goiânia, em abril de 1989. O Movimento de Atingidos de Tucuruí participou compartilhando sua experiência com outros movimentos, contribuindo para a formação das bases para um futuro movimento nacional. Dois anos depois, finalmente, no I Congresso dos Atingidos de todo o Brasil, em março de 1991, “se decide que o MAB deveria ser um movimento nacional, popular e autônomo, organizando e articulando as ações contra as barragens a partir das realidades locais, à luz dos princípios deliberados pelo Congresso” (MAB, 2011b), e se estabelece o dia 14 de março como o Dia Nacional de Luta Contra as Barragens, sendo celebrado em todo o país.

Considerações finais: a memória da luta como elemento de conscientização política

O caminho traçado pelo Movimento de Atingidos pela Barragem de Tucuruí se alternou entre vitórias e derrotas, pois as reivindicações históricas do movimento foram

afetadas parcialmente, e a região, hoje, vive tensionada por conflitos socioambientais causados desde a abertura da usina. No entanto, vimos como os atingidos transformaram reclamos particulares e isolados em conformação, a princípio baseada na memória identitária, de um movimento social legítimo, que obteve o reconhecimento da Eletronorte como agente representante das demandas dos envolvidos. Nesse percurso, os expropriados desenvolveram, a partir de suas experiências na luta, diferentes estratégias políticas para alcançar suas reivindicações. O próprio processo de lutas os levou a conhecer outros casos similares, o que lhes permitiu ter uma compreensão mais abrangente da realidade, ao perceberem que os problemas socioambientais causados pela instalação de barragens são parte de um sistema mais amplo e complexo que envolve diversos interesses. Essa reflexão os levou um passo mais adiante, contribuindo para organizar um movimento nacional de atingidos por barragens: o MAB.

Referências bibliográficas

ACSELRAD, Henri. Planejamento autoritário e desordem socioambiental na Amazônia: crônica do deslocamento de populações de Tucuruí. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro: 25 (4): 53-68, out/dez, 1991.

BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas linguísticas: O que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp. 2008.

CALETTI, Sergio. *Comunicación, política y espacio público*. Notas para repensar la democracia en la sociedad contemporánea. Borradores de trabajo Mimeo. Buenos Aires, 2002.

_____. Decir, autorrepresentación, sujetos. Tres notas para un debate sobre política y comunicación. *Revista Versión: estudios de comunicación, política y cultura*, n. 17. Universidad Autónoma de México. pp. 19-78. 2006.

COUTO, Raul Chucair de: depoimento [mai. 2018]. Entrevistador: Jose Carlos Matos Pereira, 2018. Entrevista concedida ao projeto de Memória de Tucuruí.

HÉBETTE, Jean. *A questão agrária: problemas e conflitos não resolvidos*. Volume II. Cruzando a Fronteira. 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: Editora Universitária UFPA. 2004.

LIFSCHITZ, Javier A. La memoria social y la memoria política. *Aletheia*, v. 3, n. 5, 2012.

_____. Os agenciamentos da memória política na América Latina. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 29, n. 85. 2014.

MAB. *A criação das comissões regionais de atingidos*. 2011a. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/content/2-cria-das-comiss-es-regionais-atingidos>>. Acesso em: 31 ago 2018.

_____. *Os encontros nacionais e a criação do movimento nacional*. 2011b. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/content/3-os-encontros-nacionais-e-cria-do-movimento-nacional>>. Acesso em: 31 ago 2018.

MAGALHÃES, Sônia B. O desencantamento da beira. Reflexões sobre a transferência compulsória provocada pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí. In: _____; CASTRO, E.; BRITTO, R. (Org.). *Energia na Amazônia: avaliação e perspectivas sócio-ambientais*. 1ª. ed. Belém: MPEG/UFPA/UNAMAZ, v. 02. 966 p. 1996.

MARX, Karl. *Formações econômicas Pré-Capitalistas*. São Paulo: Paz e Terra. 1985.

MERLINSKY, Gabriela. *Cartografías del conflicto ambiental en Argentina*. Buenos Aires. CICCUS. 2013.

PEREIRA, Airton R. A colonização na Transamazônica durante o governo de Emílio Garrastazu Médici. *Revista Reflexão e Ação*, Santa Cruz do Sul, v.23, n.2, p.54-77, 2015.

REIS, José. Terra por terra na Amazônia paraense. *Revista ABRA*. v. 14. n. 5 e 6. Campinas, 1984.

SILVA, Aida Maria da. Aida Maria da Silva: depoimento [mai. 2018]. Entrevistador: Jose Carlos Matos Pereira, 2018. Entrevista concedida ao projeto de Memória de Tucuruí.

VAINER, Carlos; ARAÚJO, Frederico. *Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

VERÓN, Eliseo La palabra adversativa. In: _____, et al. *El discurso político*. Buenos Aires: Ed. Hachette, 1996, p. 13-26.

Documentos do Acervo do Movimento

ACERVO DO MOVIMENTO DE ATINGIDOS PELA UHE-TUCURUÍ. Disponível em: <<https://memoriasocialtucuruui.org>>. Acesso em: 02 nov. 2018.